

O Processo de Bolonha e o desafio da empregabilidade

Por Margarida Saraiva, Jorge Casas Novas,
José Roberto e Elizabeth Reis

Um ano lectivo após o arranque da implementação do Processo de Bolonha no ensino superior português, é tempo de olhar para algumas das suas primeiras consequências. Este trabalho apresenta breve análise das principais expectativas e implicações em torno da criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, com base num inquérito realizado junto dos diplomados na área das Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Évora.

Margarida Saraiva
Professora auxiliar do dep.
de Gestão da U. Évora,
Jorge Casas Novas
Assistente do dep. de Gestão
da U. Évora,
José Roberto
Professor auxiliar do dep.
de Gestão da U. Évora,
Elizabeth Reis
Professora catedrática do dep.
de Métodos Quantitativos do ISCTE

O Processo de Bolonha faz hoje parte integrante do léxico de referência de todo o ensino superior europeu e funciona como símbolo da mudança anunciada na estrutura de graus e na organização de planos de estudos e metodologias de ensino e aprendizagem.

A forma como se encarou, até hoje, a leccionação tornou-se obsoleta. Com o Processo de Bolonha, essa actividade sofreu alterações profundas, não só para os docentes mas também para os estudantes. Essencialmente, está em causa uma mudança radical dos paradigmas de ensino (figura 1).

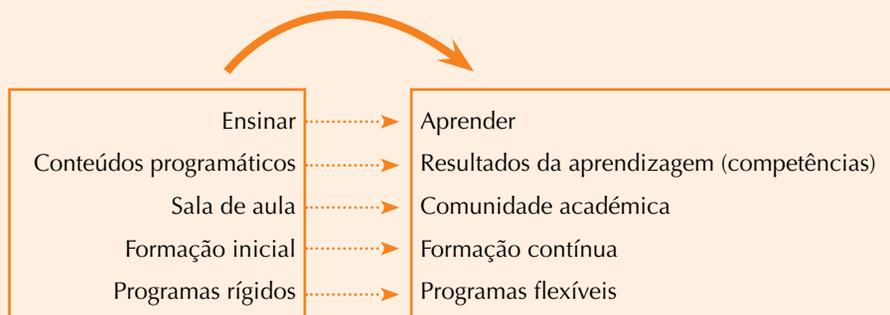
conceitos como competitividade, empregabilidade, mercado de trabalho, etc., que são progressivamente interiorizados pelas instituições de ensino superior.

Em Portugal, com as adequações dos diversos cursos ao paradigma de Bolonha, as instituições de ensino superior não pretendem oferecer aos estudantes simplesmente um sistema de formação/educação, mas antes um leque de aprendizagens e um conjunto de competências que permitem mais facilidade na sua inserção no mercado de trabalho (mesmo em profissões não relacionadas com a formação específica), com a enorme vantagem competitiva de uma acrescida qualificação intelectual e cultural, associada ao desenvolvimento das capacidades de iniciativa, adaptação, flexibilidade e comunicação.

No novo modelo, os actuais cursos de formação de ensino superior organizam-se em três ciclos, conferindo os graus de licenciado, quando completados os

três primeiros anos (1.º ciclo - 180 unidades de crédito), de mestre, quando completados mais dois anos (2.º ciclo - 120 unidades de crédito) e de doutor, com a duração de três anos (3.º ciclo - 180 unidades de crédito). No caso específico do mestrado integrado (1), é igualmente atribuído

Figura 1 – Novos paradigmas no ensino superior



Fonte: Elaboração própria

Embora o saber continue a transmitir-se pela forma tradicional, Bolonha abarca novas perspectivas de qualificação, gera mudanças de ênfase (do ensino para a aprendizagem, da educação para a formação), e coloca em relevo a “nova” aprendizagem ao longo da vida. Destacam-se

três primeiros anos (1.º ciclo - 180 unidades de crédito), de mestre, quando completados mais dois anos (2.º ciclo - 120 unidades de crédito) e de doutor, com a duração de três anos (3.º ciclo - 180 unidades de crédito). No caso específico do mestrado integrado (1), é igualmente atribuído

um diploma de licenciatura correspondente ao primeiro ciclo de formação.

Entretanto, na maioria dos cursos de ensino superior já adequados ao Processo de Bolonha, o percurso académico é composto por dois ciclos de estudos (3+2). No 1.º ciclo (licenciatura) é oferecida aos estudantes uma formação científica de base que lhes permitirá iniciar uma actividade profissional de nível intermédio, com funções generalistas. O exercício da profissão na sua área específica de graduação exigirá, eventualmente, uma formação adicional que é proporcionada pela frequência do 2.º ciclo (mestrado). No que concerne a alguns cursos é exigida a conclusão do 2.º ciclo para o exercício reconhecido da actividade profissional, sendo por isso necessário o mestrado integrado.

O 2.º ciclo permite aos alunos uma maior flexibilização nas áreas científicas e nos planos curriculares, o que facilita eventuais mudanças de percurso profissional. Por outro lado, é fomentada a mobilidade entre as diversas instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras.

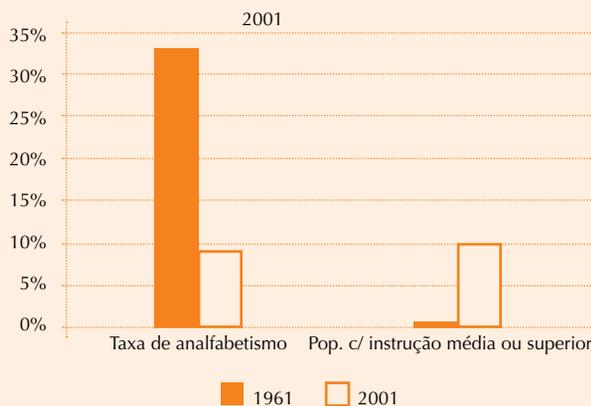
O Processo de Bolonha e a empregabilidade em Portugal

Segundo tem vindo a ser sucessivamente reafirmado desde o início deste processo (*Bolonha Declaration*, 1999; *Prague Communiqué*, 2001; *EUA*, 2003 e 2005), a formação dos diplomados e, sobretudo, a empregabilidade para o mercado de trabalho europeu, são os pilares essenciais que as instituições de ensino superior devem considerar, aquando da reorganização dos planos de estudos.

Nas últimas décadas, Portugal tem feito um esforço ímpar de recuperação dos défices de qualificações escolares que o separa, há cerca de dois séculos, da maioria dos países europeus. A generalidade dos indicadores é sintomática desta evolução. De acordo com os dados divulgados pela OCDE (2007), Portugal apresentava, em 1961, uma taxa de analfabetismo de 33 por cento, contra 9 por cento em 2001 (figura 2). Por sua vez, a população com nível de instrução médio ou superior passou de 0,8 por cento em 1961, para 10 por cento em 2001, e os alunos matriculados no ensino superior duplicaram nos últimos 15 anos (186 780, em 1990, contra 373 891, em 2004).

Mesmo com estes enormes avanços, com poucos casos comparáveis em termos internacio-

Figura n.º 2 – Evolução dos níveis de instrução em Portugal



Fonte: Elaboração própria, com base em OCDE (2007)

nais, Portugal continua a registar um acentuado défice de qualificações da população nos diferentes níveis de ensino, incluindo o ensino superior. Numa população activa nacional de cerca de 5,1 milhões de pessoas, apenas 900 mil (17,6 por cento) possuem mais do que o ensino secundário, um volume claramente inferior às necessidades de uma economia e de uma sociedade competitivas.

Apesar da intuição quase generalizada da existência de excesso de licenciados em Portugal, a verdade é que os dados divulgados pela OCDE (op. cit.) contrariam esse sentimento. À escala europeia, Portugal continua a ter uma das mais baixas percentagens da população com qualificações de nível secundário ou superior. Mesmo numa economia em recuperação lenta, com um baixo nível de crescimento económico, as pessoas licenciadas são aquelas que apresentam maiores índices de empregabilidade. A duração média do desemprego dos licenciados encontra-se na vizinhança dos oito meses, contra uma média superior a 15 meses nos outros níveis de instrução. Significa isto que, quando o mercado de trabalho não é suficientemente amplo para absorver os recursos disponíveis, os licenciados, embora também com dificuldades, têm uma maior probabilidade de obter emprego.

Acresce que, numa economia em mutação, em que o conhecimento se assume cada vez mais como elemento crucial para garantir emprego, quanto mais o País crescer, mais relevante será a posse de uma licenciatura.

Mas esta correlação positiva entre licenciatura e empregabilidade não é simples nem automática. Será tanto mais forte quanto mais sustentada for a

qualificação para responder aos desafios da sociedade e da economia. Importa, por isso, encontrar formas de melhorar a relação entre o ensino superior e as empresas, garantindo uma maior absorção dos licenciados pelo mercado de trabalho.

Os Técnicos Oficiais de Contas e o Processo de Bolonha

Partindo do pressuposto que é fundamental reorientar a oferta das habilitações académicas, apostando em cursos adaptados às necessidades da economia e da sociedade, e que esse objetivo será tanto mais alcançado quanto maior for a ligação das instituições de ensino superior ao sector empresarial, é de primordial importância dar passos no sentido de favorecer um conhecimento mais profundo da realidade e um ajustamento mais efectivo às expectativas de todas as partes envolvidas. Nesse sentido, as comissões de curso das licenciaturas em Gestão e em Economia da Universidade de Évora, em parceria com a Associação Portuguesa para a Qualidade, realizaram no dia 6 de Dezembro de 2006 um seminário subordinado ao tema «A CTOC e o Processo de Bolonha».

Esse evento contou com uma assistência razoavelmente diversificada, mas composta maioritariamente por alunos dos 1.º e 2.º ciclos de formação superior em Gestão e em Economia e por docentes da Área Departamental de Ciências Económicas e Empresariais (ADCEE) da Universidade de Évora.

O seminário desdobrou-se em dois painéis. No primeiro foram feitos os históricos e os pontos de situação relativamente aos processos de adequação a Bolonha dos dois cursos nucleares da ADCEE – licenciatura em Gestão e licenciatura em Economia – por parte das respectivas directoras de curso. No segundo painel, inteiramente a cargo da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, teceu importantes considerações em torno de vários aspectos do problema em análise, com destaque para os papéis (que considera complementares, mas independentes) da CTOC e das universidades, designadamente quanto à definição das competências exigíveis para o exercício da profissão de Técnico Oficial de Contas (por parte da Câmara), e dos saberes técnico-científicos que, legitimamente, as instituições de ensi-

no superior entendem dever transmitir aos seus estudantes. Seguidamente, Pêga Magro, em representação da Comissão de Inscrição da CTOC, fez uma breve síntese acerca do modo como a Câmara tem vindo a acompanhar as alterações suscitadas pelo Processo de Bolonha, tendo em vista o reconhecimento dos cursos para efeitos do exercício da profissão.

O Processo de Bolonha e a inserção no mercado de trabalho – aplicação prática

Perante toda a informação disponibilizada pela CTOC, tornava-se imprescindível conhecer e analisar a adequação da preparação científica ministrada pela Universidade de Évora aos seus diplomados, no que se refere ao exercício da profissão e à mobilidade profissional, na lógica do novo Espaço Europeu de Ensino Superior. Neste sentido, desenvolveu-se um estudo com a finalidade de analisar informação referente aos seguintes aspectos:

- O grau de confirmação das expectativas do diplomado, quando procurou integrar-se no mercado do trabalho;
 - A relação entre as qualificações fornecidas pelo sistema de ensino superior e as competências exigidas pelo mercado de trabalho;
 - A expectativa do diplomado relativamente às alterações introduzidas nos cursos adequados ao Processo de Bolonha e à respectiva aceitabilidade no mercado de trabalho;
 - Os impactos esperados pelo diplomado relativamente aos novos princípios incorporados nos cursos adequados ao Processo de Bolonha (empregabilidade, mobilidade, reconhecimento internacional, aquisição de novas competências, etc.).
- Para a efectivação deste estudo, realizou-se um inquérito por questionário junto de 50 estudantes diplomados que frequentam actualmente os mestrados da área das Ciências Económicas e Empresariais da Universidade de Évora, repartidos por 43 alunos do mestrado em Gestão de Empresas (ramos de Finanças e de *Marketing*) e por sete do mestrado em Economia. Recolheram-se, respectivamente, 35 e 7 exemplares desses questionários, verificando-se uma taxa de resposta de 81,4 por cento para os primeiros e de 100 por cento para os segundos. A tabela 1 apresenta um resumo dos resultados obtidos e respectivas conclusões.

Tabela 1 – Resultados obtidos e conclusões

	Resultados obtidos	Conclusões
Caracterização dos respondentes	<ul style="list-style-type: none"> – A idade média dos diplomados que responderam ao inquérito é de 27 anos. – 57,1% são elementos do sexo feminino. – 54,8% dos respondentes corresponde à faixa etária dos 21-26 anos. – 88,1% dos respondentes concluíram recentemente um curso de licenciatura, com uma duração de quatro anos (59,5%), na Universidade de Évora (52,4%). 	A população a frequentar os cursos de 2.º ciclo é, na sua maioria, jovem, do sexo feminino, e continua os seus estudos superiores no mesmo estabelecimento de ensino onde obteve a licenciatura.
Mobilidade	<ul style="list-style-type: none"> – 95,2% dos respondentes afirmaram que <i>não</i> participaram em qualquer programa de intercâmbio estudantil com instituições estrangeiras durante a frequência do curso. – 69% responderam que gostariam de ter participado, referindo como principais razões do impedimento: <ul style="list-style-type: none"> – dificuldades financeiras (31%), – falta de informação (21,4%), – desconhecimento de línguas estrangeiras (16,7%), – insuficiência de apoios institucionais (16,7%), – impedimentos de natureza familiar (4,8%). – Salientaram ainda que o país onde gostariam de efectuar esse programa seria, sobretudo, Inglaterra (16,7%) e Espanha (9,6%). 	Salienta-se a pouca disponibilidade dos jovens respondentes para a mobilidade proclamada na Declaração de Bolonha e, consequentemente, para a construção do Espaço Europeu do Ensino Superior.
Obtenção de emprego	<ul style="list-style-type: none"> – 71,4% dos diplomados respondentes encontravam-se <i>empregados</i>. – 35,7% obtiveram emprego <i>até seis meses</i> após a conclusão do curso. – Numa escala de 1 (nada relevante) a 4 (muito relevante), os diplomados consideraram: <ul style="list-style-type: none"> – a <i>experiência profissional</i> como o atributo mais determinante, em termos médios (3,71), para a obtenção de emprego. – o <i>género</i> como o atributo menos importante (2,10) para essa mesma finalidade. 	Reforça-se a ideia de que o conhecimento é assumido cada vez mais como o elemento crucial para obter um emprego, e que a falta de experiência profissional, dada a idade muito jovem dos recém-licenciados, pode ser um obstáculo para a empregabilidade.
Actividade profissional versus formação académica	<ul style="list-style-type: none"> – 50% dos respondentes mencionaram que a empregabilidade determinou <i>bastante</i> a escolha do curso frequentado e concluído. – 40,5% afirmaram que o facto de possuir uma graduação académica foi <i>muito importante</i> para a obtenção do seu posto de trabalho. – 38,1% dos respondentes afirmaram que, hoje em dia, um diploma de curso superior é <i>muito importante</i> e em idêntica percentagem que é <i>importante</i> para o mercado de trabalho nacional. – 52,4% consideraram que os diplomados na mesma área científica, ou seja, na área das Ciências Económicas e Empresariais, encontravam-se numa situação profissional, em geral, <i>boa</i>. – 61,6% referiram que o <i>currículo</i> do curso se mostrou adequado ao mercado de trabalho. – 40,5% indicaram que a sua actividade profissional se insere <i>parcialmente</i> na área da formação académica inicial. – 38,1% dos respondentes referiram que a experiência e/ou conhecimentos adquiridos no âmbito do curso foram <i>importantes</i> para a sua actividade profissional. – 57,1% classificaram o seu grau de preparação, após conclusão do curso, como <i>razoável</i> para o exercício das suas funções. – 50% referiram que no actual ou último emprego, para além do curso que possuem, foram solicitados e/ou sentiram a necessidade de outros tipos de «formação», salientando 31% dos respondentes os <i>conhecimentos de informática</i>. – 50% dos diplomados mencionaram que estão <i>satisfeitos</i> com a sua actividade profissional, referindo a <i>localização</i> como o factor que gera maior grau de satisfação. 	Na opinião dos diplomados respondentes existe uma adequada relação entre a formação recebida e a formação exigida pelo mercado de trabalho.

Tabela 1 – Resultados obtidos e conclusões

	Resultados obtidos	Conclusões
Expectativas face ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> – Grande parte dos respondentes considerou a realidade <i>idêntica às expectativas</i>, em relação: <ul style="list-style-type: none"> – à responsabilidade (61,9%), – à remuneração (47,6%), – à autonomia (47,6%), – ao ambiente de trabalho (45,2%) – à diversidade de tarefas (42,9%). – Muito poucos diplomados afirmaram que a realidade encontrada era <i>melhor do que as expectativas</i>, em relação: <ul style="list-style-type: none"> – à rapidez de contratação (14,3%), – à diversidade de tarefas (8,6%), – à autonomia (7,1%), – à responsabilidade (7,1%), – às perspectivas de carreira (2,4%), – à remuneração (0%). – Muitos dos respondentes consideraram a realidade por si encontrada, após a conclusão do curso, <i>pior do que as expectativas</i>, em relação à <i>rapidez de contratação</i> (50%) e em relação às <i>perspectivas de carreira</i> (57,1%). – 28,6% dos respondentes referiram que as funções profissionais correspondem <i>bastante</i> àquelas que idealizavam quando iniciaram o curso e 33,3% referiram que correspondem <i>pouco</i>. – Como principais causas da não confirmação das melhores expectativas, 38,1% referiram as <i>alterações conjunturais político-económicas</i> e 31% as <i>alterações estruturais político-económicas</i>. 	As expectativas dos diplomados respondentes, em relação à aceitabilidade pelo mercado de trabalho, foram parcialmente frustradas.
Mercado de trabalho e Processo de Bolonha	<ul style="list-style-type: none"> – 54,8% dos respondentes afirmaram ter um <i>bom</i> nível de conhecimento sobre a temática «Processo de Bolonha». – 35,7% referiram que esse Processo é <i>muito importante</i> para a questão da mobilidade dentro do espaço económico europeu e 42,9% referiram que é <i>importante</i>. – 35,7% dos respondentes mencionaram que <i>concordam</i> com o facto de um curso superior organizado de acordo com as regras do Processo de Bolonha ser encarado pelo mercado de trabalho como uma <i>mais-valia</i> e 38,1% <i>discordam</i> com esse facto. – 52,4% referiram que a adequação dos cursos às regras do Processo de Bolonha constitui um incentivo para regressar ao ensino superior, indicando como razões fundamentais dessa opção: <ul style="list-style-type: none"> – a aquisição de novas competências (26,2%), – o reconhecimento internacional (23,8%), – a mobilidade (23,8%), – a empregabilidade (19%), – as novas metodologias de ensino (14,3%), – o novo paradigma ensino-aprendizagem (11,9%), – a flexibilidade (7,1%), – a comparabilidade (7,1%). 	Os diplomados respondentes detêm um conhecimento muito razoável da realidade e acreditam num ajustamento efectivo entre as expectativas criadas em torno do Processo de Bolonha e a sua aceitabilidade no mercado de trabalho, perfilhando os novos princípios inseridos nos cursos agora adequados (empregabilidade, mobilidade, reconhecimento internacional, aquisição de novas competências, etc.).

Fonte: Elaboração própria

Porém, este projecto não termina aqui! Estes são os primeiros resultados obtidos de um projecto de investigação mais amplo, arquitectado e programado para, numa segunda fase, já iniciada, estender este estudo aos estudantes do 1.º ciclo (licenciatura) e a diversas entidades empregadoras, de modo a averiguar os impactos das adequações do Processo de Bolonha no mercado de trabalho, no que concerne aos cursos na área das Ciências Económicas e Empresariais.

Genericamente, pretende-se obter um contributo de todas as partes interessadas, de modo a dinamizar a reflexão e o debate sobre a matéria em estudo. Em particular, crê-se que a instituição de ensino supe-

rior envolvida, o mercado de trabalho circundante e os estudantes ficarão em melhores condições para compreenderem esta nova realidade social e empresarial europeia. E, em última análise, os resultados obtidos poderão funcionar como indicadores para o futuro dos profissionais da área investigada. ■

(Texto recebido pela CTOC em Agosto de 2007)

Bibliografia

Disponível para consulta no *site* da CTOC (www.ctoc.pt).

(¹) O curso tem a duração de cinco anos e confere o grau de mestre (300 U.C.), mas inclui a atribuição do grau de licenciado (180 U.C.) ao fim dos primeiros três anos.